

Organização: Denise Tarin e Rachel Machado

Diálogos Públicos sobre Segurança Humana

Coletânea de artigos



ILAES

Instituto Latino-Americano
de Educação para a Segurança

**Projeto
MORTE ZERO**

PREVENÇÃO DE DESASTRES

Brasília
2019

Coletânea de Artigos Científicos
"DIÁLOGOS PÚBLICOS SOBRE SEGURANÇA HUMANA"

© 2019 ILAES

Direitos desta edição reservados ao ILAES

É proibida a reprodução desta obra, de toda ou em parte, sob quaisquer formas ou por quaisquer meios, sem a autorização prévia e por escrito do ILAES.

Tel: (55) (61) 3711-0005 www.ilaes.org.br

Instituto Latino-Americano de Educação para a Segurança. Brasília-DF
Coletânea de artigos 2019 / organizadores Rachel Machado, Denise Tarim. –
Brasília: ILAES, 2019.

274 p. – (Série Diálogos Público sobre Segurança Humana, v. 1)

ISBN: 978-65-80717-00-2 (volume 1)

Modo de acesso: PDF

1. Diálogos Públicos sobre Segurança Humana. I. Machado, Rachel.

II. Tarim, Denise. Título. I.

DESASTRE COMO ANTÍTESE DA SEGURANÇA HUMANA: DA CRISE MULTIFACETADA À RESILIÊNCIA RADICAL⁵⁸

Norma Valencio

RESUMO

Esse ensaio sociológico aborda o contexto contemporâneo de acionamento de mecanismos institucionalizados de opressão que inviabilizam a consecução de um projeto civilizatório transpassado por noções ampliadas de segurança humana. Os desastres são aqui focalizados como circunstâncias socialmente críticas, as quais elucidam os sentidos corrosivos de segurança humana subjacentes às práticas institucionais e organizacionais públicas no assunto. Isto é, através dos desastres, propõe-se examinar valores e visões de mundo que norteiam os modos organizados de interação social com os grupos afetados, os quais têm obstruído o asseguramento da plenitude da condição humana destes. Enfatiza-se, ainda, que tais situações-limite, embora depondo contra marcos civilizatórios inegociáveis, também têm possibilitado mudanças dialéticas promissora através de experiências de resiliência radical, trazidas igualmente à discussão.

Palavra-chave: segurança humana; crise; resiliência; desastres; cidadania.

INTRODUÇÃO

Nas diferentes escalas espaciais nas quais vivemos e construímos referências para a nossa sociabilidade cotidiana, vemo-nos convocados a adotar certas noções-chave as quais, contudo, vão revelando ambivalências ao longo do caminho. À medida em que são reveladas, o chão some diante um abismo de incertezas e efeitos inesperados ocorrem. Podemos nos ver paralisados, aturdidos ou impelidos na direção das rotas de fuga mais convenientes. Não o bastante, desenrolam-se colisões múltiplas quando tais noções fulcrais são simultaneamente acionadas por variados sujeitos, envolvidos em diferentes tipos de conflito, no afã de justificar a sua posição antagônica. O abismo se aprofunda. Quanto mais frequentes esses entrechoques, oriundos da adoção de sentidos distintos e

não conciliáveis de suas noções-âncora, maiores os riscos de esvaziamento destas. Por derradeiro, nessa tessitura de inocuidade, a incongruência entre os sentidos discursivos e práticos aplicados a tais noções na orientação de um mesmo sujeito. É um quadro desolador, no qual convicções esboroam-se diante os movimentos desencontrados. Porém, noções circunstancialmente pulsantes, dissolvidas num mar de ambiguidades, também podem desencadear controvérsias construtivas que favoreçam o aparecimento de sínteses com maior aderência e durabilidade.

Dentre as muitas noções que estão atualmente na berlinda, podendo nos levar mais longe ou a lugar nenhum, nos deparamos com a de segurança humana. Os sentidos dominantes atribuídos a essa noção têm ancorado usos socialmente contestáveis, que se prestam ao afrouxamento dos elos sociais e à obstrução do pensamento recursivo.

Para iniciarmos nossa reflexão no assunto, consideremos metaforicamente a noção de segurança humana como sendo uma escultura. Pomo-nos, assim, a refletir sobre o processo que a erigiu bem como acerca dos elementos partícipes dessa empreitada. A substância, indubitavelmente, parece ser a condição humana enquanto a segurança poderia ser tomada como o projeto artístico que direciona o cinzel de quem a esculpe. Nessa imagem, a substância pode tomar diversas formas, a depender de quem seja o escultor, da qualidade do cinzel, de como o mesmo é manejado e qual figura se tenha em mente. Entretanto, conviria também supor que a capacidade e o intento do escultor também estão sendo botados à prova pelo modo como a substância reage ao cinzelar. Num passo adiante, supor que a matéria moldada -a condição humana- também esteja contida no escultor e nos processos que forjam o seu instrumento de trabalho. Ainda mais longe, que seja esse um esforço artístico a muitas mãos, onde cinzéis variados e projetos distintos disputam a mesma matéria. Nesse cenário, ficamos curiosos sobre qual formato a obra tomará e a que interpretações estará sujeita. Saindo do campo das abstrações, tentaremos refletir sobre esse intrincado problema por intermédio de uma contextualização específica, a de ocorrência de desastres. Isso não facilita a tarefa, pois se trata de uma circunstância crítica na qual se transpassa os elementos acima aludidos para pô-los ao avesso a fim de que revelem aspectos de uma essência incômoda, que confronta as enunciações aparentes.

Como parte constitutiva da pesquisa sociológica “*Dinâmica de desastres e suas conexões com outras crise: proposição de um quadro analítico orientado para o incremento de políticas de proteção civil e resiliência social*”, esse ensaio se dedica a trazer subsídios para refletir como a condição humana, quando desafiada ao limite, se depara com aparatos

e repertórios institucionais e organizacionais cada vez mais desacoplados com os compromissos de civilidade, o que pode suscitar o incremento do anseio coletivo por resiliência radical. Dito de outra forma, trataremos de como essa experiência de sofrimento social que, a um só tempo, emerge e se aprofunda pelas mãos de atores intervenientes, desencadeia não apenas sujeições e silenciamento, mas práticas emancipatórias que resistem ao controle desumanizado.

Para tanto, iniciamos manifestando a nossa aderência aos pressupostos de Morin (2008), de que as bases materiais e de conhecimento que lastreiam o saber-fazer de instituições públicas na sociedade contemporânea têm avançado em céleres desconexões com o mundo da vida. Os esforços sociais de demonstração de alguma autonomia -no que tange aos movimentos sociais ambientalistas, às lutas de minorias pela garantia de direitos, às novas tecnologias de acesso livre, à livre circulação de pessoas- confrontam as conexões perversas mantidas com instituições públicas disfuncionais, que pouco fazem para concretizar compromissos de redução de emissões de gases de efeito estufa, para evitar conflitos armados, para conter a disseminação de *fake news*. Não há *mea culpa* de gestores públicos e autoridades governamentais por desencadear crises econômicas e políticas, por deflagrarem diásporas, por propiciarem o aumento da criminalidade e o alastramento de desastres. A sobrevivência de concepções institucionais anacrônicas de controle social agride a dignidade humana e solapa as bases da segurança ontológica do cidadão, especialmente dos que sequer experimentaram algum dia as benesses da cidadania, jogados desde sempre ao descaso e encurralados pela constante intolerância social.

Ao examinarmos algumas dessas situações-limite pela sombra civilizacional que carregam, argumentaremos que a cidadania fraturada não pode ser tida como um ponto de partida válido para a segurança humana, a não ser como uma retórica vazia. Dito de outra forma, sugeriremos que bandeiras de segurança humana podem ser levantadas pelos que fabricam insegurança humana, o que nos faz pensar sobre como não estamos pisando no solo do certo-e-errado, mas movediço e traiçoeiro solo das ambivalências, que precisa ser demarcado.

Disjunções sociais no contexto de alta conectividade: o autoengano de segurança em meio ao desamparo radical

Ao refletir sobre aspectos imprescindíveis para a elevação da condição humana, Arendt (2010) ponderou que ultrapassar o reino da necessidade seria algo fundamental. Nesse

particular, não apenas os mercados têm um papel de destaque, mas Estados também, ao indicar que tipo de anteparos está disposto a oferecer ao cidadão para garantir as bases materiais de sua existência. Um dos aspectos cruciais desta relação pública está em rejeitar qualquer forma de governança baseada em práticas que intimidam e humilham os atendidos, ou seja, renunciar a qualquer pressuposto de violência social. Vai daí, ser veemente em seu repúdio às formas de gestão pública que tanto consideram que aqueles que se veem premidos pela necessidade devam fidelidade política aos seus provedores ou que consideram que os corpos circunstancialmente constrangidos diante àqueles que lhes saciam a sede e a fome, dão-lhes vestes e um refúgio precário se tornam donos de seu pensamento e vontade. O sujeito aviltado aponta inescapavelmente para a desumanidade daquele que o vilipendia (Levi, 1959) ou daquele que opta por lhe ser indiferente (Cohn, 2004), de modo que a governança opressora brutaliza simultaneamente seus agentes e o meio social que sofre sua intervenção. Assim, mesmos os esforços tardios em repudiar tais processos de sujeição social poderiam incidir proveitosamente sobre a liberação de ambos, é dizer, fazer com que as práticas institucionalizadas que um dia serviram à brutalização social transmutem-se à serviço da recuperação do maior traço distintivo do processo civilizatório, a consciência crítica. Mas pode ser um longo caminho.

Aos dispositivos enumerados por Foucault (2000) para aludir à institucionalização de um determinado regime de verdade, cujo disciplinamento e normalização da vida social respalde práticas opressoras sobre os que se encontram sob vida nua (Agamben, 2002), cumpriria adicionar outros tantos que ganham força no contexto hodierno de intensa interação virtual. Um deles são os chamados centros integrados de comando e controle, onde tudo se passa como se os mecanismos de compartilhamento interinstitucional de espaço, de equipamentos e de informações (números, áudios, textos, imagens), sob o crivo de um paradigma compartilhado de ordem social -por vezes, alimentado por um repertório cultural tácito que colide com a norma legal-, lograssem eficácia de controle social frente aos inumeráveis sentidos alternativos que pautam o comportamento dos grupos sociais que compõem o universo observado. Seu similar são os centros de monitoramento de desastres. No contexto eleitoral, candidatos ao executivo são levados a visitar esses refúgios de competência técnica, para que se encantem e digam para a grande mídia, previamente convocada, que aquele é um exemplo de controle dos problemas de segurança que assolam a sociedade, dos crimes ao trânsito, das emergências às urgências. Mas, essa é uma assertiva frágil, que não resiste ao fato de que esses novos espaços de poder emergem como reação do Estado aos contextos onde a ordem social

instituída deteriorou-se e parou de funcionar e que, dali, tem poucas chances de ser ressuscitada.

O processo de convencimento social na eficácia dessa medida paliativa diante à corrosão da relação do Estado com a sociedade civil encontra mais adeptos no interior do aparato estatal do que propriamente junto aos que experimentam concretamente as injunções múltiplas da vida vivida. A exuberância da cultura de segurança que transita pelos órgãos ali representados se deixa mostrar na composição disciplinada do *layout*, na demonstração de domínio dos jargões utilizados, na naturalização de uso de aparatos tecnológicos sofisticados e nos corpos dóceis amoldados por reluzentes uniformes. Entretidos por telas gigantes, que fazem pulular fragmentos espaciotemporais de diferentes situações, os quais disputam a atenção dos presentes com as informações complementares que chegam pelas telas menores de monitores individuais em bancadas de trabalho, tudo denota convicção de que há controle sobre aquilo que é observado, tudo apela para a potência da técnica. Porém, os fenômenos observados se desenrolam ao sabor de dinâmicas próprias e o *timing* de resposta no terreno permanece a desejar. O assalto já deixou a sua vítima fatal prostrada no chão; a inundação já deixou o carro boiando à deriva; os cabos de eletricidade já foram usurpados e deixam trens parados e escola sem funcionamento, com milhares de passageiros e estudantes desalentados e assim por diante. Apesar desse desencontro entre observação à distância e realidade concreta, tais refúgios técnicos continuam a ser supervalorizados. Lá, seus participantes seguem colocando diante de si diferentes instrumentos de filtragem que cindem a realidade social em fragmentos cada vez menores -a câmera de vigilância que só alcança uma área restrita, o *tweet* específico extraído de uma prosa interminável, a medida preocupante de um sensor pluviométrico num dado trecho de um rio imenso, a imagem de satélite no exato instante do evento extremo, o número de corpos recuperados nos escombros-, os quais, então, são acoplados numa outra matriz que apresenta tais faíscas como sendo um potente holofote, que daria capacidade de intervenção sobre fenômenos que seguem complexos e muito além da iluminação ofertada. Vê-se acoplamentos impertinentes se difundindo sem a menor preocupação ética com a releitura problemática da realidade social que suscitam. Ao arrepio de uma geografia humana crítica, recortes territoriais e recortes sociais relativos a temporalidades distintas são agregados como se inscrevessem um mesmo fenômeno como se tratasse de um mesmo espaço. Espaço esse que, cientificamente, não poderia ser assim descrito, posto que conceitualmente se trate de uma mútua constituição da base física, do sistema de objetos e de ações sociais, como ensinou Milton Santos (1995).

Trata-se, portanto, de um ardil, que monta realidades alternativas prescindindo do rigor de indissociabilidade de componentes historicamente dados. A que serve essa prática, senão para gerar uma ilusão de que os refúgios tecnológicos que a produzem oferecem iluminação aos gestores que anseiam controlar o mundo que lhes escapa. Poderão as receitas de segurança que derivem disso repercutir favoravelmente na vida dos que estão na mão oposta, isto é, na do homem ordinário, cujos clamores pela proteção de seu espaço permanecem indecifráveis aos seus circunstanciais redentores? Até aqui, nada aponta alvissareiramente. Os pífios efeitos sociais do lume produzido por esses novos refúgios sequer têm posto a salvo os que dali produzem diagnósticos, fazem recomendações e arbitram sobre ações no terreno e continuam muito aquém do exaspero de uma sociedade convulsionada. Esse é um exemplo das disjunções contemporâneas, nas quais testemunhamos instituições públicas inventarem formas de enquadramento da sociedade que parecem caber no *modus operandi* que oferecem em resposta, mas que deixam escorrer pelas fissuras de suas molduras interpretativas um mundo pulsante que teima em não se comportar conforme o esperado.

Enquanto isso, a sensação de desamparo social se alastra devido às dificuldades que o homem ordinário tem para estabelecer conexões promissoras com os fluxos de informação, de bens culturais, de pessoas e de riqueza, estando fadado a diferentes níveis de insucesso. Quanto maiores forem esses insucessos, mais se sente a repercussão disso num tipo de relação desqualificada com as estruturas institucionais públicas, as quais estão igualmente à beira de um colapso, como na educação, na saúde, no transporte coletivo. Como essas instituições se esvaem, numa dinâmica de funcionamento morosa, que não apazigua, que não dá cabo de atender, que vê os seus recursos vampirizados pelos que as controlam, os postulados de intolerância passam a dominá-las. Tais postulados são, ainda, levados para dentro dessas estruturas prestes a ruir, através de gestores míopes que enxergam enviezadamente o receituário neoliberal ao qual aderem. As barreiras físicas e simbólicas que adotam para conter aqueles que são considerados *outsiders* indicam o seu medo de lidar com as desigualdades e com as diferenças, sejam elas quais forem. Isso encolhe a condições humana de todos que estão subjugados a essas interações, isto é, reduz a substância civilizacional constituída pela alteridade.

Por fim, nesse cenário, cabe notar que umas das mais contundentes ambiguidades contemporâneas têm sido a de que o aumento das conexões presenciais e virtuais ocorre com o encapsulamento dos bem-sucedidos, que forjam nodos aparentemente profícuos

entre si ao passo em que se desconectam dos fluxos que lhes parecem causar estranheza. Disso resultam os gradativos enrijecimentos de costumes e de visões de mundo. No ambiente cultural global proliferam estranhamentos mútuos, que atingem a segurança ontológica dos envolvidos (Giddens, 1997), ou seja, as partes em contato ficam seriamente constrangidas diante a presença alheia. As inúmeras situações contemporâneas de minorias expulsas de seu país, como a dos *rohingyas*, em Miammar; de africanos chegando em embarcações precárias e barrados na costa mediterrânea europeia, com um país do bloco jogando sobre o outro a responsabilidade circunstancial para oferecer uma acolhida provisória aos refugiados; de hondurenhos em situação de miséria que marcham a pé em direção a um país, os Estados Unidos, cuja autoridade-mor demonstra enfaticamente que não são bem-vindos; de venezuelanos que caminham em direção ao Brasil, fugidos de uma crise econômica e política sem precedentes, mas que são mal vistos no meio local que os recebe, humilhados no suporte mínimo que recebem, levados a uma mendicância involuntária. O que a deflagração relativamente simultânea de situações como essas revelam é que não são situações isoladas. Cada qual ocorre num espaço específico, mas são também resultado do alastramento cultural de uma mesma mentalidade estatal e elitista que considera que os diferentes -por razões de crença, ideológicas, étnicas, de origem, de gênero- merecem expulsão, seguida da busca de um lugar alternativo que, por inexistente, se torna um não-lugar. A regularidade dessas “desordens” explicita, assim, a nova ordem de barbárie que está em curso.

Dos desastres à busca de resiliência radical

Os desastres são parte dessas desordens instauradas por sociedades que estão se fracionando em guetos, bolhas ou refúgios e que renunciam a inquirir sobre a natureza dessas contingências coletivas. Mas, se a parte e o todo se mantêm vinculados, ainda que rejeitem sê-lo, um desastre pode significar que a morte simultânea de pessoas, de lugares, de crenças e de modos de existência algures também afete localidades, pessoas, instituições, modos de vida que se encontram aparentemente distantes; por exemplo, um desastre catastrófico ocorrido no Japão, em 2011, afetou diretamente o funcionamento de de setores produtivos que se articulam em cadeias extranacionais, como o automobilístico (Valencio, 2012). Ademais, como acentuou Morin (2008), cada pessoa que morre é a perda de um universo, pela perda de conexões sociais implicadas.

Sendo um tipo de crise social, que abala as dimensões materiais da ordem instituída, o tema dos desastres tem sido absorvido pelo pensamento mágico dos estrategistas de segurança (Boin, Ekengren e Rhinard, 2013), que se comprazem em produzir uma imagem simplificada da sociedade para convencê-la da eficácia de sua intervenção. Agindo com oportunismo, lideranças querem obter ganhos e prestígio no curto prazo fazendo suas instituições apresentarem certas soluções técnicas que vão desvelando um caráter corrosivo e uma forma predatória de ação (Ansell, Boin e Farjoun, 2015). Desqualificam as vozes comunitárias; concentram os recursos públicos disponíveis e desidratam os concorrentes; aludem a uma capacidade de lidar bem com abordagens alternativas do problema, ainda que não tenham o menor domínio sobre as mesmas. Mas, acabam por corroer a sua própria credibilidade com o passar do tempo, deixando um rastro de desconfiança social sobre quaisquer iniciativas posteriores no assunto. O mais dramático efeito que isso acarreta, no curto e médio prazo, é o de que, a cada constatação de resultados inócuos alcançados na redução de desastres, mais se teima em dizer que a abordagem merece ser reforçada, procurando empurrar os limites de atuação pública num ponto além do mesmo caminho, o qual colide mais frontalmente com a dinâmica social que a rejeita. A sensação de segurança que promove para alguns é alcançada à custa do aumento da insegurança da maioria, numa construção dialética que, no longo prazo, incrementa o ambiente de ebulição social.

Em relação ao contexto brasileiro de desastres, vemos que tais ocorrências estão frequentemente associadas, no discurso institucional, a dois tipos opostos de eventos: chuvas severas, com efeitos de inundação e escorregamentos de massa, de um lado, e secas/estiagens prolongadas, de outro. A questão aqui é a frequência, que indica que ações institucionais não conseguem superar um problema conhecido e que agem, em muitos casos, desumanizando os grupos atendidos, levando-os a uma espiral de desfiliação social (Valencio e Valencio, 2017). Na repetição de práticas de decretação de emergência relacionadas às secas, os negócios privados relacionados ao fornecimento de água por carro pipa se ampliaram, exigindo recursos monetários crescentes das famílias empobrecidas para que estas tenham acesso a quantidades exíguas do recurso vital. Mesmo com a retomada do controle público dessa ação em comunidades rurais, através do Exército Brasileiro, as quantidades distribuídas não se coadunam com o espectro de necessidades humanas diretas bem como com as demandas da lavoura e dos animais de criação dos quais as famílias dependem para o seu provimento alimentar e para a função social de trabalho. O corpo, a casa e o terreno de trabalho maltratados se associam a uma

ociosidade indesejada, contribuindo para a construção de um sentido social de menos valia. Já quando as decretações de emergência têm as chuvas como alegação, esse estado de exceção na condução da máquina pública tem respaldado a ampliação de medidas de intervenção nas chamadas *áreas de risco*, sendo a mais usual delas a expulsão territorial de moradores dessas comunidades abandonadas pelo Estado e sem que se adote medidas simultâneas de realocação segura das famílias abordadas. Para as comunidades ao redor, que testemunham a *limpeza* do espaço, as aflições com a visão de inundações e desmoraamentos amaina; para os técnicos, é uma preocupação a menos em termos de ações de resposta, podendo alegar que as vidas foram salvas. Mas, para as famílias expulsas, a agonia da vida cotidiana aumentou. Agora, não lhes aflige apenas a chegada dos dias de chuva, nos quais a moradia frágil fica por um triz no seu embate com as águas pluviais, os ventos fortes, o solo suscetível, mas todos os demais dias, nos quais o provimento de um teto qualquer é incerto, os vínculos de vizinhança desapareceram, as distâncias e os custos de deslocamento em relação aos locais de exercício da sua vida pública -de trabalho, de escola, da igreja- se tornaram inviáveis dentro do orçamento familiar. Tanto quanto preocupa esse decaimento da condição humana -de inumeráveis pessoas, famílias e comunidades- pela falta de anteparo público preventivo eficaz e pela crescente rudeza como as medidas de resposta vão se apresentando, preocupa também a junção de aceitação do Estado à continuidade desse estado de coisas e a repetição de performances institucionais inconvincentes que aludem, em seus discursos e práticas, à segurança humana.

É nesse caldo que repercute, também, a noção de resiliência, forjada em espaços institucionais multilaterais, instituições financeiras e humanitárias, cujo sentido dominante é o de transferir aos grupos sociais em desvantagem a tarefa de auto ajuste às circunstâncias ambientais cada vez mais adversas. Tão rápido quanto foi incorporada e disseminada aos estudos contemporâneos sobre desastres, essa noção de resiliência tem caído em franco desgaste por se prestar como um remédio acessível para a cura de males de diferentes naturezas. Chandler (2014) salienta que essa noção foi apresentada como uma nova fronteira de governança neoliberal, a qual presume uma evolução linear de sociedades em direção a um mercado menos controlado pelos Estados nacionais, incitando os consumidores (categoria a que os cidadãos foram reduzidos) a criarem os seus próprios mecanismos de engenharia social para responder aos perigos do mundo. Tierney (2015) complementa, advertindo que a subordinação do público ao privado, num contexto global em que graves eventos socioambientais disruptivos são esperados, tem

sido o caldo para a difusão desse conceito guarda-chuva que valoriza a busca de soluções individuais para distúrbios de caráter sistêmico. Ao individualizar responsabilidades que são coletivas e que deveriam atravessar as missões das instituições públicas, dá-se amparo às bases mais agressivas de um modo de produção deplorável e se atenua eventuais crises de consciência diante o abandono social. Ao fim e ao cabo, faz-se com que a questão ética seja reformulada, sob uma inspiração neomalthusiana, para incidir sobre a improvidência dos mal ajustados e não mais sobre a lógica econômica e política operativa da exclusão social.

Todavia, ao nosso ver, a noção de resiliência radical dá um passo adiante. Desenvolvida por Jon e Purcell (2018), essa noção emerge da problematização que os autores fazem da situação ambígua na qual planejadores públicos se esforçam para ver a sua localidade receber das Nações Unidas o título de Cidade Resiliente enquanto o comportamento corporativo e as premissas tecnicistas que adotam bem como o tecido social roto em que se assentam o desmente. Alcançada essa meta, as disjunções continuam entre as providências que o Estado supõe que sejam adequadas tomar e os anseios dos grupos sociais focalizados. Pode-se dizer que se trata, a um só tempo, de disjunções cognitivas, sociais, políticas e materiais uma vez que se perde gradualmente o horizonte de conciliação entre os modos como as partes compreendem o problema, o grau de satisfação que demonstram como a interação sociopolítica estabelecida assim como no relativo às características, qualidades e quantidades dos meios materiais disponibilizados, de um lado e necessários, de outro, para a viabilizar a propalada resiliência. Um aspecto central de cisão social se deve ao fato das autoridades que lidam com a crise estarem cada vez mais fechadas em suas convicções de gestão do tipo *top-down*, elaborando o seu planejamento (políticas, programas, protocolos de atendimentos) através de um restrito time de especialistas, que extraem de números, mapas, imagens e demais informações secundárias tudo aquilo que julgam pertinente saber para arquitetar e deliberar. Montam estratégias herméticas, assentadas em visões rígidas sobre o que seja o processo recuperativo de uma comunidade afetada num desastre, a qual será apenas científica das decisões em curso e não plenamente envolvidas em todos os estágios do processo. Os referidos autores explicam que, a medida em que esse saber-fazer prossegue, os conflitos entre os que governam e os que são governados são incrementados até o ponto em que os últimos sentem que seu alijamento sistemático não é mais indício de que se deva disputar espaço no processo usual de planejamento senão que se deva engendrar iniciativas autônomas de autogerenciamento. Aí nasce a noção de resiliência radical, isto é, uma

consciência crítica coletiva sobre a experiência de apatia social que detona um desejo grupal de emancipação. Os sujeitos antes postos numa condição de passividade vão incentivando uns aos outros a restabelecer a confiança em suas próprias capacidades para enfrentar os problemas locais num contexto desafiadoramente dinâmico; assim, se tornam destemidos para agirem politicamente numa interlocução externa como também para contemplar o multiverso de experiências e demandas no interior da comunidade a qual pertencem. Esse processo, continuam os autores, propicia o desencadeamento de outra configuração de encontro com as instituições públicas e organizações que atuam nas emergências. Incita que estas renunciem às suas premissas padronizadas e posições de poder, que parem de desqualificar os atendidos e de atribuir aos mesmos a pecha de que são ignorantes e desorientados diante a situação crítica que vivenciam. Mas, esse renúncia não é fácil, porque o que mantém a máquina azeitada é o contexto no qual os desastres não parem de ocorrer, que as imagens de destruição se associem a comportamentos sociais considerados anômicos e que o assistencialismo continue sendo o único modo prático de relacionamento com as vítimas.

Na insistência das abordagens tradicionais, a demanda dos afetados por diferentes formas de suporte continua sendo tratada como prova irrefutável de sua incapacidade para gerir as suas próprias vidas e da imperiosa necessidade da intervenção de atores externos para reorientá-los. Promove-se, com isso, uma relação política na qual a existência de conflitos precisa ser sistematicamente negada, abafada por falsos consensos. Essa relação, propagada em diferentes contextos institucionais -incluindo o brasileiro-, está a serviço da sonegação de direitos de cidadania, contendo-os a todo custo. A reivindicação que comunidades afetadas fazem para que recebam o devido suporte público para o restabelecimento de rotinas de suas vidas esfaceladas, assim como a livre expressão dos termos em que esse suporte está sendo requerido -sem violação da privacidade da família, com respeito às normas culturais do grupo, num prazo razoável para não gerar danos ainda maiores ao ritmo da vida-, deveria ser visto como algo normal na interação sociopolítica de gestores de desastres e comunidades afetadas. No entanto, as balizas que definem os termos da relação usual já vêm contaminadas por referentes autoritários, que refutam o direito à vocalização das vítimas. Onde os gestores preferem enxergar apenas fragilidades emocionais e materiais, há também coesão, solidariedade e organização endógena, lembram Jon e Purcell. Porém, esses traços sociais de autodeterminação são desvalorizados pelos gestores para que a comunidade afetada não se sinta confiante ao ponto de se julgar apta a interferir nos processos que interferem em seu destino.

Há que se considerar que esse olhar enviesado que ainda prevalece foi fruto de uma alteração histórica recente, das últimas décadas, no ambiente onde o mercado do medo prospera, o qual reforça o individualismo e a ideia de suspeição do Outro. Ao comparar as narrativas dominantes nos desastres relacionados às grandes inundações no Reino Unido, respectivamente, nos anos de 1952/53 e de 2000, Furedi (2007) observou que, no primeiro caso, as autoridades locais demonstravam publicamente o reconhecimento do valor das iniciativas de auto-organização comunitária, num contexto árduo de reconstrução no pós-guerra no qual as comunidades estavam, há muito, por sua própria conta. Cinco décadas após, já num contexto neoliberal, o foco principal da mídia e dos especialistas tinha se desviado para as narrativas individuais de efeitos psicológicos decorrentes daquela vivência trágica enquanto aos técnicos competia lidar com obras. Isso teria ensejado uma supervalorização do debate sobre síndrome do estresse pós-traumático e produzido as derivações interpretativas em torno de uma alegada incapacidade dos indivíduos em se organizarem e lidarem com os desafios da vida.

Também no Brasil, especialmente nas últimas duas décadas, observamos em diversas situações de campo uma tendência de sequestro das subjetividades dos grupos sociais afetados e de aniquilação de sua capacidade organizativa própria. Ou seja, tem havido o desenrolar de interações sociais assimétricas nas quais organizações humanitárias, voluntários, técnicos governamentais, meios de comunicação, movimentos sociais e pesquisadores coisificam os afetados, os assediam moralmente e controlam suas narrativas e território. Induzem-nos a se enquadrar num dado esquema classificatório do problema; impõem aos mesmos certos critérios de uso de seu tempo assim como de acesso ao território comunitário ao qual pertencem e que foi interdito; se sentem à vontade para falar em nome da comunidade e representar os interesses das mesmas em discussões públicas; enfim, fazem o uso instrumental do sofrimento alheio sob o manto dos mais elevados propósitos (Valencio e Valencio, 2018).

Essas formas sistemáticas de heteronomia corroboram com a contenção constante de repertórios próprios de significações e de ação comunitária, tidos como improcedentes, incorretos, improdutivos, inadequados. Dito de outro modo, as noções variadas de segurança humana que são acionadas por esses atores boicotam a autoexpressão polifônica comunitária ao mesmo tempo em que produzem vínculos de dependência. Após esse intenso assédio, os resultados práticos para o bem-estar comunitário são quase invisíveis. É nesse ponto que a comunidade constata que foi explorada, depois abandonada e está agora por sua própria conta e que precisa procurar novos caminhos

rumo à autodeterminação. Não há dúvida sobre o fato de que muito costuma ser feito num contexto de crise aguda. Há um turbilhão de pessoas, máquinas e equipamentos circulando, o acionamento de logísticas complementares de transporte de pessoal técnico, de alimentos, de medicamentos, de socorro. Contudo, é peso desse turbilhão que também legitima as agressões à dignidade humana dos afetados, mais evidente quando mais a crise perdura.

Isso nos faz retornar ao estudo de Jon e Purcell (2018), quando os mesmos reportam três diferentes contextos de desastres ditos *naturais* nos quais os modos de desvalia social como as comunidades afetadas foram tratadas desencadeou, como contraponto, iniciativas de resiliência radical. São casos localizados em Banda Aceh (Indonésia), em Nova Orleans e no Haiti relacionados, respectivamente, aos eventos de um tsunami (2004), de passagem do furacão Katrina (2005) e de um terremoto de grande magnitude (2010). De modo geral, nos três casos acima, as comunidades foram duramente afetadas, com destruição generalizada das moradias e perda de infraestrutura, mas resistiram ao modo de gestão que era dissonante dos anseios locais de recuperação.

No caso de Banda Aceh, os riscos de ocorrência de novos eventos de *tsunamis* foram o mote das autoridades para transformar o espaço das comunidades costeiras em zonas de interdição. Tais comunidades, predominantemente formadas por pescadores, não tinham domínio da cultura letrada para fazer petições reivindicando permanecer ali devido ao seu *habitus*. Ao simplesmente reocuparem o lugar, obtiveram a adesão de uma ong para sua causa, a qual os auxiliou a angariar os materiais construtivos necessários e os apoiou juridicamente na defesa de seus direitos territoriais contra a decisão governamental, o qual estava baseada num planejamento *top-down* de restrição territorial, que sequer dava opções aos que foram expulsos. Ao conseguir vencer juridicamente os argumentos governamentais, as comunidades se sentiram confiante para ampliar o escopo dessa parceria e criar, assim, um comitê local de reconstrução, no qual os próprios membros da comunidade passaram a supervisionar as obras, o pagamento dos trabalhadores envolvidos e a reabilitação da área para as diversas funções tradicionais do território.

No caso de Nova Orleans, a comunidade afetada de Village de l'Est, com predominância de imigrantes vietnamitas, identificou que as autoridades governamentais criavam dificuldades burocráticas para restaurar os serviços de eletricidade, obstáculos que eram produzidos deliberadamente para impossibilitar o retorno às moradias, enfraquecer os laços de vizinhança e dissolver o lugar. Para lidar com isso, as lideranças locais organizaram um esforço coletivo, em conjunto com lideranças religiosas locais, para

trazer de volta os vizinhos que haviam partido, desolados que estavam com a situação, e reivindicarem juntos, diretamente à companhia elétrica, o restabelecimento do serviço para todos, no que foram bem-sucedidos. Outra comunidade, a do bairro Broadmoor, superou as fracas conexões locais antecedentes, oriundas das características multiculturais e multiclasse do lugar, para se unir em uma associação que, com o suporte requisitado a associações religiosas, grupos científicos e ongs, fez o seu próprio plano de desenvolvimento para sair da crise crônica, o qual foi apresentado às autoridades governamentais como sendo o roteiro do que era esperado que as mesmas fizessem dentro de suas competências de execução.

Por fim, o caso do Haiti focaliza um acampamento de abrigados montado na localidade de Corail, próximo a Porto Príncipe. Tendo sido estruturado a partir de recomendações do USArmy e da iniciativa de uma estrela hollywoodiana, o então presidente do país entregou a gestão a ongs internacionais. Ocorre que as mesmas estavam habituadas à gestão do tipo *top-down* para lidar com os diferentes tipos de situação, que iam desde os critérios de acesso aos víveres e de distribuição do espaço até o conteúdo da educação que as crianças teriam. Além da assimetria como decidiam sobre isso, havia falta de transparência em relação aos critérios adotados para beneficiar algumas famílias em detrimento de outras, o que era utilizado como um instrumento para ampliar a sujeição - terem *bom comportamento*- e os vínculos dependência. Porém, esse conjunto de coisas acabou por acender conflitos com os abrigados, crescentemente revoltados por não ter nenhuma autonomia sobre o seu corpo, o seu espaço de moradia e sobre os tipos de interações que podiam estabelecer entre si; por exemplo, era proibida ter uma pequena loja ou estabelecimento de refeições, um pequeno negócio que os auxiliassem a obter alguma renda pra refazer a vida autonomamente. Clamavam por independência, dentro dos costumes próprios haitianos. A intensificação dos conflitos, devido ao entrechoque de filosofias de gestão e de modo de vida, fez com que houvesse uma fissura total nas relações, resultando em que tais ongs se retirassem e o acampamento fosse abandonado à própria sorte. Com o fracasso da gestão *top-down*, as famílias que lá permaneceram começaram a construir casas de alvenaria, cultivar plantas para a sua alimentação e produzirem jardins. A comunidade vizinha ao campo, a de Canaã, que não tinha sofrido essa intervenção externa nem obtido recursos extraordinários, havido conseguido se restaurar a partir das estratégias locais de ajuda mútua, dos pequenos negócios que livremente se desenvolveram, do apoio de lideranças religiosas locais e de lideranças

distritais que obtiveram resposta governamental para o retorno de atividades educacionais e acesso a alguns serviços básicos.

Tais casos apontaram, para os mencionados autores, que os desastres são circunstâncias disruptivas nas quais as coletividades afetadas estão muito mobilizadas, com desejo de expressar o seu potencial criativo e demonstrar capacidade de manejar as suas coisas, planejar iniciativas colaborativamente e construir estratégias recuperativas por si mesmas, mantendo processos de autogerenciamento sem mediação. Viu-se também que, respeitada a autonomia comunitária, os atores externos poderiam ser parceiros num vigoroso esforço de cooperação. A questão crucial que Jon e Purcell suscitam, a partir desses casos, e que serve para examinarmos a constelação de casos de desastres que ocorrem no Brasil é: será que, nos contextos de desastre, as comunidades realmente precisam de uma autoridade governante para gerenciar as coisas para elas? O ambiente cultural prevalente, assentado numa concepção de poder centralista, cujo exercício depende de infantilizar a sociedade e tratá-la monoliticamente, propende a responder que sim. Embora sendo mais difícil responder que não, talvez essa resposta é o que abra uma nova agenda pública sobre como produzir ambientes potencializadores da civilidade humana.

Ademais, num contexto de debate sobre relações de poder e multiplicidade social, dentro das nações e entre elas (Sears, 2018), cabe cada vez mais considerar cuidadosamente como intervenções humanitárias podem carregar referências valorativas, atitudinais e culturais que ofendem, estigmatizam, silenciam, coagem e suprimem as condições de autodeterminação dos atendidos. E, de outro lado, inquirir o caráter artificial do Estado que, no seu afã de consolidar a vida gregária, a desmonta através de cadeias de sentidos intolerantes; isto é, que cerra as portas para uma alteridade vista como uma descontinuidade ameaçante de uma unidade racional avessa ao conflito e propensa ao ambiente de medo e de suspeição (Soares, 1995). É a unidade, feita de tolhimentos, que impede as instituições de Estado e demais organizações modernas a lidarem mais realisticamente com as circunstâncias de seu tempo e com os princípios de dignidade humana, conforme ponderou Souza (1999). Casos recentes, de pessoal de organizações humanitárias reputáveis envolvido em má conduta sexual contra atendidos, ilustram tais dissonâncias. Houve o caso da Oxfam, na operação no Haiti, envolvendo membros em posição de poder nas operações em campo, os quais fizeram uso de serviços de prostituição, mas que envolvia menores, denúncia que piorou muito antes de melhorar. Após uma denúncia inicial, outros casos vieram à tona e milhares de britânicos, chocados com as revelações, suspenderam suas doações regulares à instituição até que a mesma

viesses a público pedir desculpas e se comprometer com apurações, depurações e melhoria de treinamento (BBC, 2018). Noutro caso, capacetes azuis tiveram suas más práticas ocultadas pela ONU, o que teria criado um ambiente permissivo para que tráfico sexual e os abusos contra mulheres e garotos, ocorridos na Bósnia, entre 1990-2000, fossem replicadas na República Centro Africana quinze anos após, conforme comprovou investigação da ex-policia americana K. Bolkovac, que afirma: “*O que costumava ser cumplicidade por parte da ONU, fazendo vista grossa, se revelou um monstro de um olho só, ostensivamente impedindo a devida investigação e persecução penal dos crimes cometidos pelos capacetes azuis. A cortina de fumaça ainda consiste em inculpar os Estados-membros e alegar que a ONU não tem controle sobre medidas disciplinares ou ações penais contra capacetes azuis dos países contribuintes*” (DWBrasil, 2018).

CONCLUSÕES

Desastres são, a princípio, uma antítese da segurança humana. A depender da forma como são interpretados, tais acontecimentos trágicos podem pôr a nu os processos sociais que suscitaram a desproteção dos afetados ou abafá-los. Quanto menos as causas sociais reais forem institucionalmente discutidas e enfrentadas e quanto mais desumanas forem as formas de atendimento aos afetados, maior a propensão para que as condições de insegurança persistam, vindo a desencadear tragédias semelhantes no futuro. Sob tal prisma, o contexto brasileiro é desolador. Em parte, porque as forças institucionais que se sentem aptas para atuar nos desastres têm contribuído para reforçar uma abordagem que reorganiza a trama social com menor densidade do que essa apresenta no plano concreto; noutra parte, porque age dando centralidade a elementos que são periféricos a esse problema, que é essencialmente social.

Uma perspectiva sociológica sobre o problema da produção social de desastres dá pistas, pelo seu avesso, de quais seriam os sentidos mais apropriados de segurança humana aplicados a esse contexto. Esses sentidos são os que estão em direta oposição ao modo como as estruturas institucionais e dinâmicas de autoridade arruinam as possibilidades de plenitude da condição humana de comunidades vulneráveis.

No Brasil, a insegurança humana no contexto de desastre se deve, ainda, a certa ambivalência da interação dos agentes do Estado e dos atores externos com as comunidades afetadas. Mescla-se letargia e movimentação, por exemplo. Técnicos governamentais demonstram demasiada confiança no *corpus* de conhecimento restrito que molda a sua forma de classificar o problema e atuar (sempre paliativamente) diante

o mesmo. Não há discussões sobre o conteúdo ético que embasa as exaustivas interações de atores externos com as comunidades afetadas no auge da crise. Cientistas se fazem passar por especialistas no tema, quando mal acabaram de se deparar e não lidam sistematicamente com o mesmo. As narrativas midiáticas são enjoativamente repisadas, incapazes de investigar a fundo a natureza institucional dessas *anomalias*. Autoridades governamentais se mostram rápidos para acusar as comunidades afetadas de imprevidentes, mas são letárgicas para adotar providências em favor das mesmas. Sendo este o avesso das coisas, a noção de segurança humana aplicada aos desastres sinaliza para a necessidade de construir sentidos de política capaz de integrar os grupos afetados e em risco, para que estes possam dizer, por si mesmos, o que desejam que lhes seja assegurado para caminharem num mundo em movimento, para fazerem a gestão de sua própria vida. Quanto mais multifacetados puderem ser os elementos que constituem esse asseguramento, maior a plenitude do humano que reivindica. O enfrentamento compartilhado de desafios socioambientais dinâmicos e de incertezas cada vez maiores exige que os que participem solidariamente desse asseguramento propendam à reflexividade cada vez que suas receitas de ação forem contestadas.

Supomos, ainda, que a imagem daquilo que a noção de segurança humana devesse exprimir fosse a do sujeito que encontra condições para ter vitalidade, fazendo-a transbordar em disposição inquiridora e em ação criativa; que tem acesso aos meios que permitam desenvolver e utilizar as suas próprias capacidades para melhorar a si mesmo e ao seu lugar de convívio; que pode ver as suas realizações frutificarem em sinergia com a daqueles com quem convive. Desoladoramente, o que ora vigora, como o justo oposto disso, é a banalização da opressão social, que adoce o corpo e a mente, individual e coletiva, dos que são aviltados; é, antes, o desejo patológico de elites diversas pelo controle de tudo -dos corpos às ideias, dos territórios à informação-, nutrindo a banalização de apropriação indébita das subjetividades; é o sem-número de barreiras burocráticas que inviabilizam o acesso aos meios necessários para proteger os lugares; é a incitação, por figuras de autoridade, à cultura do medo e da destruição do Outro.

É essa pulsão de morte que contradiz a ilusão de que haja efetiva resiliência em cidades proclamadas como tal, mas que se encontram à beira de um colapso; que alimenta as crenças institucionais na eficácia de aparatos tecnológicos de vigilância, de interdição e de banimento das massas de desvalidos, mas que reduz a substância humana de que são feitas. Fica em aberto a seguinte questão: estarão as instituições públicas mais

progressistas dispostas a contribuir para o florescimento de iniciativas de resiliência radical?

O pano de fundo dessa indagação é a atual conjuntura política nacional, que abre significativas inquietudes para a vida democrática. Isso tanto porque as abordagens mais autoritárias, intolerantes e centralistas ganharam respaldo popular para tomar conta do aparato institucional público quanto porque as noções de segurança humana subjacentes a tais abordagens tendem a ampliar o ambiente de embrutecimento das relações do Estado justamente com aqueles que já vivenciam cotidiana insegurança e desumanização, num estado de alerta constante diante os rumores de que algo ainda pior os aguarda. Numa sociedade pouco preocupada com o estrutural desnivelamento socioeconômico, os pressupostos individualistas de segurança prosperam ao suspender garantias de cidadania. A aspiração de adoção de uma abordagem incremental de cidadania está hoje em terreno instável, dado o domínio sociocultural de um pensamento defensivo tacanho que se nutre do medo coletivo contra riscos múltiplos e incalculáveis. Nas fissuras da lei, apela-se difusamente para a simples eliminação física, territorial e simbólica do Outro até que surjam novos anteparos legais para poder concentradamente removê-lo, abatê-lo, expulsá-lo, tolhê-lo através do uso de artefatos tecnológicos presumivelmente necessários para o bom andamento dos novos sistemas de gerenciamento.

Nesse quadro, o desafio maior é o de reconhecer que, no campo de disputas entre noções de segurança humana, prevalece circunstancialmente aquela que exige comportamentos passivos, de massas apascentadas, mansas o bastante para não serem objeto dos ódios que foram insuflados por lideranças. Há os que se orgulham por ter logrado que a cidadania desse um passo para trás para garantia de suas ideias anacrônicas de ordem social. Entretanto, uma mudança dialética rapidamente reverter essa situação. Pode haver uma dinamização do campo de forças através da amplificação das ambiguidades e contradições que as noções mais estreitas de segurança humana carregam. Pode ser que haja espaços onde repercutam negativamente os efeitos perversos da restrição ao intrincado contexto de multiversos ao qual pertencemos. Uma vez que essa mudança é previsível, conviria às instituições públicas mais arejadas perseverar discussões polifônica para produzir cadeias de sentidos complementares para uma noção ampliada de segurança humana, nas quais venham caber diferentes formulações extraídas não apenas de constructos disciplinares e teóricos distintos, mas de aprendizados oriundos de experiências locais de resiliência radial. Em última instância, perseverar na consecução

do projeto civilizatório uma vez que, no crescente ambiente de suspeição do Outro, ninguém está a salvo por muito tempo.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

ANSELL, C.; BOIN, A.; FARJOUN, M. Dynamic conservatism: how institutions change to remain the same. *Institutions and Ideals*, v. 44, p. 89–119, 2015.

ARENDT, H. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 2010.

BBC. *Oxfam Haiti allegations: how the scandal unfolded*. 2018. 21 de Fevereiro de 2018. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/uk-43112200>>.

BOIN, A.; EKENGREN, M.; RHINARD, M. *The EU as crisis manager*. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

CHANDLER, D. Beyond neoliberalism: resilience, the new art of governing complexity. *Resilience*, v. 2, n. 1, p. 47–63, 2014.

COHN, G. Indiferença, nova forma de barbárie. In: NOVAES, A. (Ed.). *Civilização e barbárie*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 81–90.

DWBrasil. *ONU acobertou caso de abuso sexual por capacetes azuis*. 2016. 03 de Março de 2016. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/ onu-acobertou-casos-de-abuso-sexual-por-capacetes-azuis/a-19092800>>.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

FUREDI, F. New dimension: the growth of a market in fear. In: RODRIGUEZ, H.; QUARANTELLI, E.; DYNES, R. (Ed.). *Handbook of Disaster Research*. New York: Springer, 2007. p. 508–520.

GIDDENS, A. A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. (Ed.). *Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. p. 73–133.

JON, I.; PURCELL, M. Radical resilience: autonomous self-management in post-disaster recovery planning and practice. *Planning Theory & Practice*, v. 19, n. 2, p. 235–251, 2018.

LEVI, P. *If this is a Man*. New York: The Orion Press, 1959.

MORIN, E. *On complexity*. Cresskill, NJ: Hampton Press, 2008.

SANTOS, M. *Espaço e Método*. São Paulo: Hucitec, 1995.

SEARS, N. A. Multiplicity within and between. *International Relations*, v. 32, n. 2, p. 242-243, 2018.

SOARES, L. E. *A invenção do sujeito universal: Hobbes e a política como experiência dramática do sentido*. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

SOUZA, N. M. *Modernidade: a estratégia do abismo*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

TIERNEY, K. Resilience and the neoliberal project: discourses, critiques, practices - and Katrina. *American Behavioral Scientist*, v. 59, n. 10, p. 1327–1341, 2015.

VALENCIO, N. *Para além do dia do desastre: o caso brasileiro*. Curitiba: Ed. Appris.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. O assédio em nome do bem: dos sofrimentos conectados à dor moral coletiva de vítimas de desastres. *Lumina*, v. 12, n. 2, p. 19–39, 2018. Disponível em: <<https://lumina.ufjf.emnuvens.com.br/lumina/article/view/844/558>>.

VALENCIO, N.; VALENCIO, A. Vulnerability as oppression: the traps of risk-prevention actions. In: MARCHEZINI, V. et al. (Ed.). *Reduction of Vulnerability to Disasters: from Knowledge to Action*. São Carlos: RiMa, 2017. p. 115–141. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/320546899_Vulnerability_as_social_oppression_the_traps_of_risk-prevention_actions>.